

A se entender com o Presidente da República no sentido de obter a liberação das verbas destinadas à indenização das plantas cítricas erradicadas na Alta Sorocabana, cujo Requerimento tomou o número de 436, de 1961, a prorrogação do prazo da mesma, por 60 dias.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961.  
(a) Leonardo Ceravolo  
Presidente da Comissão

**REQUERIMENTO N. 1.160, DE 1961**

Requeiro a inserção na ata dos nossos trabalhos de voto de profundo pesar pelo falecimento, em Analândia, do Sr. Pedro Ramella.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961  
(a) José Felício Castellano

**Justificativa**

A cidade de Analândia vem de perder um dos seus símbolos de tradição, honradez e personalidade. Faleceu o respeitável cidadão e pai de família Pedro Ramella. A cidade ficou consternada e apresenta os sinais evidentes da dor e da saudade pelo passamento do querido cidadão. Deixa, todavia, como continuadores de sua caminhada uma família altamente credenciada e apta a prosseguir na mesma trilha de trabalho.

Somando o nosso pesar ao povo analandense deixamos nos anais desta Casa a reverência e a saudade que somente os bons merecem.

**REQUERIMENTO N. 1.161, DE 1961**

Requeiro, regimentalmente, ao Chefe do Poder Executivo se digne de prestar as seguintes informações:

- 1 — Porque não se providencia a ampliação do prédio do Colégio "Francisco de Proença", situado no Distrito da Mooca, nesta Capital;
- 2 — Há ou não estudos e verbas destinadas para esse fim?
- 3 — O Governo do Estado solicitou ou não autorização ao Prefeito da Capital para o fim especial de reformar e ampliar prédios escolares onde funcionam cursos primários?

**Justificativa**

Inúmeros prédios escolares onde funcionam cursos primários, sob a orientação do Estado, estão em precárias condições de conservação, não oferecendo o mínimo de conforto e higiene aos alunos e professores. Urge, portanto, providências imediatas para que tais irregularidades sejam sanadas, propiciando-se melhores condições de trabalho aos mestres e alunos dos nossos estabelecimentos de ensino.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961  
(a) Farabullini Júnior

**REQUERIMENTO N. 1.162, DE 1961**

Requeiro, regimentalmente, ao Chefe do Poder Executivo se digne de prestar as seguintes informações:

- 1 — Qual o inteiro teor das atas formuladas pelo Fundo de Assistência ao Menor?
- 2 — Qual o inteiro teor dos contratos feitos com empresas construtoras que fixaram as normas das construções previstas?
- 3 — Qual a relação geral das aplicações dos recursos do Fundo nestes últimos dois anos?
- 4 — Que outras informações poderão ser prestadas a respeito do Fundo de Assistência ao Menor?

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961  
(a) Farabullini Júnior

**REQUERIMENTO N. 1.163, DE 1961**

Requeiro, regimentalmente, ao Chefe do Poder Executivo se digne de prestar as seguintes informações:

- 1 — Qual o inteiro teor dos contratos feitos pelo Departamento de Águas e Esgotos nos últimos três anos, tendo em vista:
  - a) — extensão da rede de água;
  - b) — extensão da rede de esgoto para a cidade de São Paulo;
  - c) — respectivos aditamentos.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961  
(a) Farabullini Júnior

**REQUERIMENTO N. 1.164 DE 1961**

Requeiro se consigne em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Sebastião Pinto, ocorrido dia 14 de outubro próximo passado na cidade de Itapetininga.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961.  
(a) Ciro Albuquerque

**Justificativa**

A mesma constante do Projeto de Lei, que dá denominação de "Prof. Sebastião Pinto" ao Grupo Escolar da Vila Orestes.

"O Supremo Árbitro dos Mundos, na sua onisciência e onipotência, determinou fosse o dia 15 de outubro — Dia do Professor — o escolhido para que o povo itapetiningano levasse ao campo santo o Prof. Sebastião Pinto.

Coincidência evocativa, como que a ressaltar sentida homenagem espiritual, ao venerando mestre ontem desaparecido.

Partiu assim o velho educador, que durante longos anos prestou inestimáveis serviços ao magistério, como professor primário, como inspetor e como Delegado de Ensino de Itapetininga.

O Prof. Sebastião Pinto, conquistou definitivamente os corações da comunidade itapetiningana. Alegre e jovial, procurava emprestar sempre alta dose de otimismo aos seus atos.

Piedoso, e prestativo, soube cumprir com os seus deveres cristãos colaborando de forma decisiva com a irmandade e com as instituições beneficentes a que pertencia.

Sua existência foi marcada por atitudes construtivas, reveladoras de uma formação sem jaça e de um caráter aprimorado nos sadios ensinamentos evangélicos.

Como professor Sebastião Pinto, era compreensivo e humano, além de possuidor de elevado senso didático, o que o fazia adorado pela criançada da "Terra das Escolas".

Incorrigível contador de anedotas, sempre a dizia com finura e graça. E com incerta emoção que pareço ouvir o sorridente professor e querido amigo a dizer: Conhece essa?...

A homenagem que o presente Projeto visa estabelecer, ao já saudoso professor não é outra senão procurar vincular seu nome a um estabelecimento de ensino primário, causa a que soube tão bem servir, como dedicado professor e prestante cidadão.

Estou certo de interpretar na presente propositura, o desejo unânime da culta e tradicional gente itapetiningana".

**REQUERIMENTO N. 1.165, DE 1961**

Considerando que se vêm tornando mais frequentes as notícias de irregularidades na Estrada de Ferro Campos do Jordão,

Considerando que se trata de empresa administrativa pelo Estado e, portanto, dependem do Executivo as providências no sentido de coibir abusos que ali vêm sendo cometidos;

Requeiro à Douta Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

- 1 — Sabe o Executivo que o Diretor da Estrada de Ferro Campos do Jordão daquela repartição, três dias por semana, sob a alegação de que necessita tomar contacto com o Sr. Secretário da Viação? Têm havido tais entrevistas tão amigáveis? Em caso afirmativo, são elas necessárias? Para que finalidade? Pode o Executivo admitir tais ausências do responsável para direção da ferrovia?

- 2 — Sabe o Executivo que o citado Diretor vem à Capital nesses dias para cuidar de interesses particulares (indústria sua, em nome de um irmão), utilizando-se para tanto de seu próprio carro mas recebendo do Estado, consegue abiscotar Cr\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos cruzeiros) mensais, para rodar seu carro particular, enquanto o serviço médico da Estrada tem apenas uma verba de Cr\$ 980,00 (novecentos e oitenta cruzeiros) mensais, para atender a todo o pessoal da Estrada?

- 3 — Sabe o Executivo que, além disso, recebe o citado Diretor diárias do Estado, num total de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), a pretexto de serviços prestados ao Estado, que em verdade não existem?

- 4 — Sabe o Executivo que no dia 6 de setembro último ocorreu desastre na ferrovia, sofrendo vários servidores ferimentos graves? Sabe que, pela primeira vez na história da Estrada, não foi aberto o competente inquérito administrativo para apurar responsabilidades? Sabe que, apesar de haver feridos em estado grave, não foi o fato comunicado à autoridade policial? Sabe o Executivo que tal acidente se deveu ao fato de ter o citado Diretor dado ordens para descer um carro sem necessária cobertura do Departamento competente, que nem sequer foi avisado?

- 5 — Sabe o Executivo que as arbitrariedades e falta de senso de responsabilidade do citado Diretor chegam ao ponto de negar o adicional de

33% a servidores amparados pela lei, outorgando-o a outros sem direito legal, inteiramente ao sabor de seus caprichos e preferências pessoais, com grave dano à hierarquia funcional e aos servidores da ferrovia?

6 — Sabe o Executivo que os inúmeros protestos da Associação dos Ferroviários têm sido arquivados sem a mínima providência, assim como têm sido vãos os pedidos de abertura de inquérito contra o citado Diretor? Qual a razão dessa atitude do Poder Executivo?

7 — Procedeu a informação de que o citado Diretor mandou confeccionar, nas oficinas da Estrada, uma miniatura para presentear o filho do Sr. Governador?

8 — Quais as providências que o Executivo determinou ou vai determinar para pôr fim a tais desmandos e restabelecer a ordem administrativa naquela ferrovia?

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961.  
(a) Hilário Torloni

**REQUERIMENTO N. 1.166, DE 1961**

Assunto: votos de congratulações face à inauguração da sede própria da Labre - Diretoria Seccional de São Paulo.

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata dos nossos trabalhos, de um voto de efusivas congratulações com a Labre - Diretoria Seccional de São Paulo, e muito especialmente com todos os radiomadores do Estado, face à olicíareira notícia da inauguração da sua sede própria no Largo São Francisco, 34, 11.º andar que, segundo o programa elaborado, deverá ocorrer no dia 21 do corrente mês.

Requeremos, por outro lado, seja dado conhecimento à Labre - Diretoria Seccional de São Paulo, do que o Plenário se dignar a decidir quanto ao que ora requeremos.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961.  
(a) Tte. Cel. Geraldo Antonio Martins

**REQUERIMENTO N. 1.167, DE 1961**

Requeiro se oficie ao Sr. Governador, para que S. Exa. se digne informar a esta Assembléia os motivos pelos quais ainda não foi assinada a regulamentação da lei que subordina à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social a Inspectoria dos Serviços de Raios X e Substâncias Radicativas e dá outras providências.

**Justificativa**

Proclamada a 13 de janeiro deste ano, a mencionada lei, que rascei de projeto apresentado a esta Assembléia pelo deputado abaixo assinado, com substitutivo sugerido pela Comissão Científica da Associação Paulista de Medicina, teve o apoio de cientistas do Brasil e mesmo do estrangeiro.

A Sociedade Brasileira de Genética chegou a afirmar que S. Paulo, com essa lei, se colocou "na vanguarda da luta contra as radiações". Lembrou que o projeto "recebeu grandes aplausos da porção mais esclarecida dos meios médicos e científicos de S. Paulo e de outros Estados" e que "sua transforcação" em lei veio coroar de êxito os esforços de todos os que batalharam pela criação de uma nova mentalidade para a era atômica em que nos encontramos desde 1945".

São expressões do ilustre cientista Prof. Newton Freire-Melo, presidente da Sociedade Brasileira de Genética, sobre a referida lei: "é um pouco de cada físico ou biólogo que, nos últimos anos, lutou direta ou indiretamente por ela, criando as condições para que tal projeto pudesse ser apresentado, aprovado e sancionado".

Assim, o requerimento é oportuno. Por que ainda não foi assinada a regulamentação pelo Sr. Governador?

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1961  
(a) Cid Franco

**REQUERIMENTO N. 1.168, DE 1961**

Requeiro à Douta Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

- 1 — Sabe o Executivo que o atual Diretor da Polícia Marítima e Aérea, dr. Francisco de Campos Moraes, está envolvido em inquérito policial-militar, que deu entrada na 24.ª Vara Criminal aos 25 de agosto de 1961?

- 2 — Sabe o Executivo que tal inquérito se refere a contrabando de armas, apreendido no aeroporto de Congonhas no dia 17 de fevereiro último?

- 3 — Sabe o Executivo que, ao ser qualificado, o Sr. Francisco de Campos Moraes, identificou-se falsamente ao se declarar delegado da 1.ª Delegacia Auxiliar de Santos?

- 4 — Sabe o Executivo que na Polícia Marítima e Aérea reina a maior anarquia administrativa e o maior descabro moral? Sab, por exemplo, que o guarda marítimo Moacir Pereira da Costa, que ganha menos de vinte mil cruzeiros por mês, não assina ponto, e já foi duas vezes aos Estados Unidos, por avião a jato (da última retornou a 3 de fevereiro último), sem autorização do Governador e sem ter sofrido desconto algum, apesar de não estar em licença nem em férias? Sabe que tal fato é ali comentado como tendo servido o passaporte de tal funcionário à ação de contrabandistas?

- 5 — Quais as providências que o Executivo pretende determinar para pôr cõbro a tal estado de coisas, que tanto afeta a dignidade do Governo de São Paulo?

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1961  
(a) Hilário Torloni

**Justificativa**

E' das mais graves a situação da Polícia Marítima e Aérea de São Paulo, em consequência da completa subversão administrativa que ali reina. No aeroporto de Congonhas, a chefia é exercida, em caráter primitivo, por um oficial de visita, mensalista o sr. Saim Added, com flagrante desprezo ao Decreto n. 34.506, de 14 de janeiro de 1959, do Sr. Governador, em que determina que a chefia dos aeroportos internacionais seja exercida por oficiais de visitas, em forma de rotativa mensal. Uma portaria do Diretor da Polícia Marítima, dr. Francisco de Campos Moraes, atirou por terra o Decreto do Governador, e vem ensinando uma torrente de delitos, que estão desmoralizando por completo aquele órgão policial. A Chefia do Serviço de Fiscalização a Bordo e no Cais de Santos foi entregue, pela Portaria n. 3861, em caráter de monopólio, ao guarda marítimo Heitor de Sousa Dias, um psicopata cujo exame, no setor de entorpecentes, revelou o incapacitado para o exercício de qualquer função pública. Sobre este assunto, enviamos ao Executivo o Requerimento de Informações n. 606, de 19 de junho de 1961, até hoje sem resposta. Entretanto, se dele não tomou conhecimento o Senhor Governador, merece por outro lado a atenção das autoridades federais, que proibiram a entrada do seu carro oficial no cais de Santos, para reprimir o contrabando. O Diretor da Polícia Marítima nomeou seu assistente um marinheiro, o sr. Fausto de Carvalho Andrade, infringindo assim o Decreto Estadual n. 34.506, de 1959 (Regulamento da Polícia Marítima e Aérea) que reserva tal cargo para guarda marítimo e aéreo. Esses dois elementos transformaram-se em autênticos diretores daquela Polícia, com graves danos ao bom nome daquela repartição. Por outro lado, chama a atenção o grande número de marinheiros admitidos naquela Polícia que, não hesitando mais de duas dezenas, possui hoje centenas deles. Como não têm função, são vistos o dia todo jogando ou se divertindo no pátio do quartel. São admitidos com uma carta do Diretor da Polícia Marítima e comemam que tiveram de pagar 50 mil cruzeiros ao assistente do diretor para conseguir a tal carta para sua admissão.

Tal situação anárquica chegou ao auge há poucos dias, quando o próprio Diretor, dr. Francisco de Campos Moraes, foi envolvido em inquérito de contrabando instaurado pela 2.ª Região Militar, processo que corre pela 24.ª Vara Criminal de São Paulo. Não compreendo como pode o Senhor Governador manter tal servidor, indiciado em processo de contrabando, na direção da Polícia Marítima e Aérea. O pior é que tal indivíduo assoalha abertamente que ninguém o tira do rendoso cargo porque é íntimo amigo do atual Secretário da Segurança, para o qual consegue passagens gratuitas, como diz ter ocorrido há uns meses quando viajaram juntos para o Rio de Janeiro, por via marítima.

Não é possível, senhor Presidente, que o Executivo continue a ignorar fatos de tamanha gravidade, que envolvem a dignidade e a respeitabilidade do próprio Governo de São Paulo, pelos quais deve o Senhor Governador zelar com todo o rigor. Para que ponha o Executivo cõbro a esse estado de coisas, realmente vergonhoso para São Paulo, estou enviando novo requerimento de informações, na certeza de que o Sr. Governador e o Sr. Secretário da Segurança Pública efetuem, na Polícia Marítima e Aérea de São Paulo, a urgente "operação limpeza".

**REQUERIMENTO N. 1.169, DE 1961**

Requeiro a Mesa, dentro das normas regimentais, seja inserido na Ata dos nossos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido ontem, nesta Capital, do Sr. Damião Martins Garcia.

Requeiro, outrossim, seja dado ciência do deliberado por esta Egregia Casa à família do extinto.

Sala das Sessões, 12 de outubro de 1961.  
(a) Archimedes Lamoglia

**Justificação**

Damião Martins Garcia, pelo seu coração generoso e espírito desprendido deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Homem inteiramente dedicado ao trabalho e à família, cidadão honrado, que sempre deu mostas do seu ascendido amor ao próximo, merece a manifestação desta Assembléia.

**REQUERIMENTO N. 1.170, DE 1961**

A Guarda Civil de São Paulo comemora dia 22 do corrente mês, o